

## O desafio do desenvolvimento humano

Roberto Luiz do Carmo\*  
Daniel Joseph Hogan\*\*

*Informe sobre desarrollo humano 1995. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1995, 255p.*

O *Informe sobre desarrollo humano* é um trabalho do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que vem sendo publicado anualmente desde 1990. A publicação se constitui de duas partes. Uma parte explicita o conceito de desenvolvimento aplicado na elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a partir do qual são classificados a maioria dos países do mundo. A outra parte enfoca questões específicas, que se revelaram de importância fundamental para o ano corrente. Este sexto volume é dedicado à apresentação da situação da mulher, inclusive com a elaboração de um Índice de Desenvolvimento Relacionado com a Mulher (IDM), que permitiu a constituição de um novo *ranking* dos países, de acordo com a situação relativa da mulher em cada sociedade.

A premissa básica do conceito de desenvolvimento humano empregado no *Informe* é que o desenvolvimento possui como objetivo a "ampliação das opções de que dispõe o ser humano". O conceito

possui três componentes principais: a *igualdade* de oportunidades para todas as pessoas da sociedade; a *sustentabilidade* das oportunidades, de uma geração à geração seguinte; e a "potenciação" das pessoas, de maneira que participem do processo de desenvolvimento e se beneficiem com ele.

Essa "ampliação das opções" está ligada, por um lado, à possibilidade de se desfrutar de uma vida longa e saudável, à aquisição de conhecimentos, ao acesso a recursos necessários para um nível de vida digno. Por outro lado, refere-se a aspectos que vão desde a liberdade política, econômica e social até as oportunidades para ser criativo e produtivo, desfrutar de auto-respeito pessoal e de direitos humanos garantidos.

Poderíamos resumir dizendo que o desenvolvimento humano possui duas facetas: *fomento da capacidade humana (melhor saúde, maiores conhecimentos teóricos e práticos) e aproveitamento das capacidades adquiridas pelas pessoas (com fins produtivos ou de criação, ou em*

\* Doutorando em Demografia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

\*\* Professor do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO) desta Universidade.

atividades culturais, sociais e políticas). O equilíbrio entre estas duas facetas é um aspecto fundamental.

Nesse sentido, essa proposta do conceito de desenvolvimento humano é crítica às teorias convencionais de desenvolvimento econômico, uma vez que estas se referem ao aumento do PNB, em lugar do melhoramento da qualidade de vida humana. Essas teorias convencionais possuem enfoques que instrumentalizam as relações sociais humanas, abordando-as apenas sob o ponto de vista econômico. Assim, o enfoque dos recursos humanos trata os seres humanos como um insumo ao processo de produção; o enfoque do bem-estar social considera os seres humanos como beneficiários e não como agentes de transformação no processo de desenvolvimento; e o enfoque das necessidades básicas concentra-se em proporcionar bens e serviços materiais a grupos de população que sofrem privações, ao invés de ampliar as opções humanas em todas as esferas.

O conceito de desenvolvimento humano reúne a produção e distribuição de produtos com a ampliação e aproveitamento da capacidade humana. Ou seja, ao trabalhar com elementos como produtividade, equidade, sustentabilidade e "potenciação" das pessoas, inclui e supera os enfoques apresentados anteriormente.

O Índice de Desenvolvimento Humano é uma elaboração numérica que permite uma categorização dos países, de acordo com sua posição relativa dentro da comunidade mundial, sob o ponto de vista do conceito de desenvolvimento humano. O IDH é composto por três indicadores principais: esperança de vida (reflete a longevidade e a saúde); nível educacional (reflete os conhecimentos); PIB real (uma paridade de poder aquisitivo em dólares que reflete o nível de vida). Como se vê, a tradução empírica de desenvolvimento humano, quando confronta a disponibilidade de dados comparativos, perde em relação à complexidade do

conceito. Este problema, que atinge todos os trabalhos comparativos, não chega a comprometer a sua utilidade.

Dentre os 174 países categorizados pelo IDH, o Brasil ocupa a 63ª posição. Está na última posição entre os países classificados como de alto desenvolvimento humano. Isso significa dizer que estamos atrás de países como Colômbia (57ª), México (53ª), Venezuela (47ª), Chile (33ª), Uruguai (32ª) e Argentina (30ª), para citar apenas alguns países da América Latina. Entre os países de desenvolvimento humano mediano temos, por exemplo, Equador (68ª), Cuba (72ª), Peru (93ª) e Bolívia (113ª). Os países com baixo desenvolvimento humano são alguns asiáticos, dentre os quais a Índia (134ª), e principalmente os africanos – a Nigéria é o último país dessa categoria.

Conforme já salientamos, esse volume do *Informe* foi dedicado a uma análise da situação das mulheres em todo o mundo. Os dados não eram desconhecidos antes de serem publicados conjuntamente, mas, da forma em que são apresentados, revelam uma série de aspectos importantes, inclusive para uma ampliação do conceito de desenvolvimento em direção a uma proposta de desenvolvimento humano.

Os dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Relacionado com a Mulher (IDM) tornaram possível um *ranking* com 130 países. Esse índice foi calculado a partir de quatro indicadores principais (nos quais são considerados a participação de cada sexo): proporção da renda proveniente do trabalho; esperança de vida; taxa de alfabetização de adultos; taxa bruta de matrícula, combinada entre primária, secundária e universitária.

Como o IDM havia sido calculado para 174 países, foi necessária uma reclassificação, para tornar comparáveis as posições dos países dentro do *ranking* elaborado para cada índice. Essa reclassificação evidenciou alguns aspectos da situação da mulher em todo o mundo. O Brasil, por exemplo, perdeu uma posição

no *ranking* com essa reclassificação, ou seja, considerando a situação de vida das mulheres no país, o desenvolvimento do Brasil é menor do que quando analisamos o conjunto da sociedade. Países como México e Venezuela possuem, na reclassificação, um diferencial próximo ao verificado pelo Brasil. A situação da mulher no Chile e na Argentina, entretanto, é comparativamente muito pior do que no Brasil quando se compara o IDM e o IDH. Isso significa dizer que embora esses países possuam os índices IDH e IDM melhores que os do Brasil, quando analisada a situação das mulheres em relação ao conjunto da sociedade, percebe-se que elas não possuem, relativamente, as mesmas oportunidades.

O caso da Espanha também merece ser mencionado: é o pior país quando se realiza a comparação entre o IDH e o IDM. A análise do IDM em comparação com os níveis de renda dos países revela que as oportunidades das mulheres não são determinadas exclusivamente pela riqueza dos países. A Tailândia tem uma posição superior à da Espanha segundo o IDM, embora a renda *per capita* real do país seja inferior à metade daquela verificada na Espanha.

Países industrializados e desenvolvidos como Estados Unidos, Japão e Canadá também possuem patamares negativos quando se compara os níveis do IDH com os do IDM.

Sobre o Brasil, há um dado interessante no que diz respeito à educação. Há um aumento na proporção de mulheres nos níveis superiores de educação, fato conhecido pelos especialistas. Ou seja, enquanto na escola primária existem 94 meninas para cada 100 meninos, na escola secundária existem 95 moças para cada 100 rapazes e no terceiro grau são 113 mulheres para cada homem (p. 59). Sabemos que há uma evasão muito grande de um nível escolar para outro, o que faz necessário relativizar essas proporções. Entretanto, os dados disponíveis

nessa publicação não permitem essa reatificação.

Considerando a totalidade dos países, os dados são surpreendentes no que diz respeito aos salários. Em todos os países, inclusive os mais desenvolvidos, o salário médio (não agrícola) da mulher é inferior ao do homem. No Brasil, o salário da mulher equivale a 76% do salário do homem, a mesma porcentagem verificada no Paraguai e muito próxima à da Alemanha, com 75,8%, e dos Estados Unidos, com 75%. No Reino Unido o salário médio da mulher equivale a 69,7% do salário médio do homem, na Suíça, 67,6%, na Argentina, 64,5% e, no Chile, 60,5%. Certamente, o *Informe* serve para um exercício na formulação de hipóteses sobre as relações entre igualdade, oportunidade e desenvolvimento.

Observando essas diferenças tão acentuadas existentes entre os sexos, o IDM, em sua comparação com o IDH, revela um fato importante. Além de toda a crítica à perspectiva extremamente economicista do desenvolvimento que apresentamos no início do texto, o que chama atenção é o fato de que o desenvolvimento pleno ainda não foi alcançado. Mesmo nos países tidos como desenvolvidos permanece a disparidade das oportunidades oferecidas para homens e mulheres. Considerando uma proposta de desenvolvimento que valorize a perspectiva de equidade entre os indivíduos, percebemos que ainda existe muita coisa a ser realizada, mesmo pelos países ditos desenvolvidos.

O desenvolvimento humano é uma questão também para os países colocados nas primeiras posições do *ranking*. Este talvez seja o ponto principal levantado por essa série de publicações. Nesse sentido, o empreendimento vai ao encontro da tese do desenvolvimento sustentável, que problematiza o desenvolvimento como desafio para toda a humanidade. Não se trata simplesmente de tornar ricos os pobres.

A complexidade revelada pelos dados desse *Informe* faz parte do processo dinâmico dessa série de publicações, que a cada ano amplia o conceito de desenvolvimento. É uma experiência em andamento, que além de ser um espaço importante para a discussão sobre desenvolvimento, é também uma fonte de informações muito útil, que permite avaliar a situação relativa dos países.

Esse esforço se soma ao de outros órgãos da ONU e das demais instituições que lidam com desenvolvimento, no sentido de fixar a atenção na meta de desenvolvimento – a pessoa humana. Assim, o Banco Mundial elabora o conceito de “ônus da doença”, procurando captar não só o prejuízo para a atividade econômica causado pela doença, mas também as suas conseqüências para o bem-estar do indivíduo. E todo o debate em torno de “desenvolvimento sustentável” visa exatamente isso: redirecionar a definição de desenvolvimento dos aspectos econômicos imediatos para a qualidade de vida dos homens de hoje e de amanhã. À medida que cada um desses esforços prossegue, eles se reforçam mutuamente.

Não gostaríamos de terminar sem chamar a atenção para dois aspectos que necessitam ser considerados quando estamos trabalhando com dados. O primeiro é a procedência e fidedignidade dos números. Embora os números apresentados sejam originários de organizações oficiais dos diversos países, é sempre bom lembrar que existe uma margem de erro – seja por questões técnicas, seja por questões políticas – que pode provocar distorções em maior ou menor grau.

O segundo ponto é que, em se tratando de grandes espaços geográficos como países, há discrepâncias regionais entre os dados – fato fundamental em um país como o nosso. Essas discrepâncias podem se revelar também em termos de elevados diferenciais entre etnias, grupos religiosos, faixas etárias ou por sexo. A regionalização da categorização, com a elaboração do IDH para cada país especificamente, pode significar um avanço importante para detectar essas discrepâncias. A elaboração de trabalhos nesse sentido é incentivada pelo *Informe*.

(Recebido para publicação em dezembro de 1995)